



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PROJETO DE LEI Nº 78/2025

Autoriza o Poder Executivo a criar a Inscrição Municipal Especial para comércios a serem estabelecidos ou regularizados na zona rural do município de Santa Bárbara d'Oeste, dando outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inscrição Municipal Especial destinada a pessoas físicas ou jurídicas que pretendam estabelecer ou regularizar atividades comerciais na zona rural do município de Santa Bárbara d'Oeste.

Art. 2º A Inscrição Municipal Especial (IME) será concedida nos termos desta Lei, observando-se os seguintes critérios:

I – o interessado deverá comprovar a localização do imóvel em área rural, mediante documento expedido por órgão competente, como INCRA ou Prefeitura Municipal;

II – a atividade comercial deverá estar compatível com as normas ambientais, urbanísticas e sanitárias aplicáveis à zona rural, comprovadas mediante laudo de engenheiro civil;

III – deverá ser apresentado contrato de posse, comodato ou documento que comprove o direito de uso do imóvel onde será exercida a atividade;

IV – Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do local utilizado;

V – será dispensada, para fins da Inscrição Municipal Especial, a apresentação de comprovante de zoneamento urbano.

Art. 3º A Inscrição Municipal Especial terá os mesmos efeitos fiscais e cadastrais da inscrição municipal ordinária, para fins de:

I – obtenção de alvarás de funcionamento;

II – emissão de notas fiscais;

III – regularização de atividades econômicas perante órgãos municipais;



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

IV – atendimento a exigências de instituições bancárias e programas de crédito rural e empreendedorismo.

Art. 4º A Inscrição Municipal Especial não implica a alteração do zoneamento da área rural em que se localiza o imóvel, tampouco autoriza o desmembramento, loteamento ou urbanização da região.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, disciplinando:

- I** – os procedimentos para requerimento da inscrição;
- II** – os documentos necessários;
- III** – os critérios técnicos para avaliação e deferimento dos pedidos;
- IV** – os prazos de validade da Inscrição Municipal Especial e sua renovação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 24 de junho de 2025.

JÚLIO CÉSAR SANTOS DA SILVA
“Kifú”
-vereador-



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

Exposição de Motivos

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Júlio César Santos da Silva - “Kifú”, que autoriza o Poder Executivo a criar a Inscrição Municipal Especial para comércios situados na zona rural do município de Santa Bárbara d'Oeste.

Atualmente, muitos pequenos empreendedores, produtores familiares e moradores da zona rural enfrentam dificuldades para obter sua inscrição municipal e, conseqüentemente, regularizar suas atividades econômicas. Tais obstáculos se dão, principalmente, por exigências urbanísticas e burocráticas incompatíveis com a realidade rural, conforme Lei Complementar 2402/99 (Código de Obras).

O limite mínimo de área da propriedade (20.000 M²) há de ser observado, para não conflitar com o módulo rural definido pelo INCRA. Em que pese entendimentos contrários que possam haver, sobretudo quanto a possíveis conflitos com a Lei Federal nº 6.766/1979, verifica-se que, seu art. 53, teve como parâmetro normatizar a alteração do uso do solo rural para fins urbanos, e não o parcelamento do solo rural para destinação urbana - exatamente porque não disciplinou como este poderia ocorrer.

Esta proposta visa promover a inclusão econômica e fiscal de comerciantes da zona rural, garantindo-lhes acesso a crédito, emissão de notas fiscais, obtenção de alvarás e participação em programas de incentivo ao empreendedorismo.

A medida está em consonância com os princípios da justiça fiscal e da valorização da economia local, especialmente nas áreas agrícolas e periféricas do município, fomentando o desenvolvimento sustentável e respeitando as particularidades do território rural.

Por essas razões, submetemos à análise dos nobres Vereadores o presente Projeto de Lei, esperando que o mesmo seja aprovado para o benefício dos empreendedores rurais e do município como um todo.

Plenário “Dr. Tancredo Neves”, em 24 de junho de 2025.

JÚLIO CÉSAR SANTOS DA SILVA
“Kifú”
-vereador-



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=550XZRT04VZYXH28> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 550X-ZRT0-4VZY-XH28



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº 4865/2025 24/06/2025 12:14 - CHAVE: 550X-ZRT0-4VZY-XH28